

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e três dias de**  
2 **junho de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I. 1.**  
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva; **I. 2.**  
4 **Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera;  
5 **I. 3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da S. Mendonça, Sr. José Mendes  
6 Juvenal, Sra. Maria Gil de Andrade, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José M. da Costa; **I. 4. Movimento**  
7 **Sindical:** Sr. Adilson Momente, Sr. José Paulo Porsani, Sra. Mercedes dos Santos, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II.**  
8 **Trabalhadores: II. 1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francilete da  
9 Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos**  
10 **e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antonio Facin; **II. 2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos;  
11 **II. 3. Associações de Docentes das Universidades:** Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins; **II. 4. Entidade de**  
12 **Prestadores de Serviço de Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II. 5. Trabalhadores Estaduais de Saúde:**  
13 Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III. Gestores: III. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. José Francisco Kerr  
14 Saraiva, Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador A. F. Pinheiro; **III. 2.**  
15 **Departamento Regional da Sec. de Estado da Saúde:** Sra. Rosaura Correia Leves; **III. 3. Hospitais**  
16 **Universitários:** Sr. Edson Bueno, Sr. Edilson Baqueiro; **III. 4. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa; **III.**  
17 **5. Prestadores de Serviço em Saúde – SUS:** Sr. Simão Raskin; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTES: I.**  
18 **Usuários: I. 1. Movimentos Sociais:** Sra. Neli de Oliveira Rossi; **I. 2. Movimento Popular de Saúde:** Sr. Lúcio  
19 Rodrigues, Sr. Armando Bota; **I. 3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Francisca M. Bezerra Lourenço, Sra. Teresita  
20 Del Niño J. De da N. Q.; **II. Gestores: II. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Lígia Ap. Neaime de Almeida; **II.**  
21 **2. Hospitais Universitários:** Sra. Simone Pereira Rosa. O Sr. André solicitou a presença do Sr. Salvador para  
22 compor a mesa, como representante gestor. O Sr. André abriu a reunião, dando as boas vindas a todos os  
23 presentes e realizou a leitura da pauta do dia, sendo: **I. Informes;** **II. Votação da Ata de 26 de maio;** **III.**  
24 **Discussão e votação da presença do Conselho Municipal de Saúde na Comissão Especial de Avaliação para**  
25 **COGESTÃO do Complexo Hospitalar Ouro Verde, publicada em Diário Oficial de 25 de maio de 2010;** **IV.**  
26 **Apresentação, discussão e votação do Relatório Anual de Gestão 2009, SISPACTO – Indicadores de Gestão e**  
27 **Programação Anual de Saúde 2010, realizada pelo Dr. Saraiva. O Sr. José Carlos explicou que cada item da**  
28 **pauta IV deverá ser votado separadamente. O Sr. Facin solicitou uma questão de esclarecimento, acerca o item**  
29 **III da pauta, questionando se a votação é acerca da presença do presidente ou de qualquer outro conselheiro**  
30 **municipal de saúde. O Sr. José Carlos explicou que, conforme reunião extraordinária de 09 de junho, a**  
31 **presença do presidente na comissão fora questionada. Explicou que o questionamento do pleno era referente**  
32 **à presença do Conselho Municipal de Saúde, uma vez que o pleno deliberara a favor da municipalização da**  
33 **gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr. José Carlos solicitou a presença do Dr. Saraiva na Mesa**  
34 **Diretora. Nos informes, a Sra. Liana informou sobre as eleições para o Conselho Local de Saúde do CAPS**  
35 **Estação e realizou a leitura de uma carta de indignação ao tratamento à sua filha no Hospital e Maternidade**  
36 **Celso Pierro. O Sr. Lúcio informou sobre o acompanhamento de problemas no Distrito de Saúde Sul, sobre os**  
37 **moradores de rua, os quais ocupam as praças e morando sob passarelas. Falou sobre o processo da construção**  
38 **da nova rodoviária e do projeto sobre os moradores de rua. Afirmou ter procurado à Secretaria da Assistência**  
39 **Social. Falou sobre a vulnerabilidade ao uso de drogas e álcool. Falou sobre um decreto sobre verbas**  
40 **destinadas à integração de buscar meios e caminhos para tratamento destas pessoas. Colocou-se à disposição**  
41 **dos conselheiros para discutir o assunto. Falou estar acompanhando à retirada dos moradores de rua do lado**  
42 **de córregos e falou sobre um projeto do Ministério das Cidades, com valores altos, com financiamento para a**  
43 **retirada destes moradores, reflorestamento das margens e tratamento de esgoto. Afirmou que a Saúde**  
44 **Ambiental relaciona-se com a Saúde. O Sr. Trombetta afirmou que o Conselho Municipal de Saúde deve fazer**  
45 **controle social, no caso da Sra. Liana, sendo realizado um documento para o Conselho Regional de Medicina,**  
46 **alertando os fatos. O Sr. Pedro informou o envio do Conselho Nacional de Saúde, o qual enviou em seu informe**  
47 **mensal, o apoio do Ministério Público Federal contra a terceirização da Saúde. O Sr. José Carlos informou sobre**  
48 **os convites recebidos pelo Conselho Municipal de Saúde, sendo o ciclo de palestras sobre a Saúde do**  
49 **Trabalhador, a festa junina do Centro de Referência DST/AIDS. Informou que faltam duas indicações para a**  
50 **composição da Comissão de Estudos para a Municipalização da Gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde e**  
51 **realizou a leitura dos nomes dos indicados. O Sr. José Carlos realizou a leitura da carta do Hospital e**  
52 **Maternidade Celso Pierro sobre as reformas envolvendo muitas unidades de internação. O Sr. André informou**  
53 **que o Grupo de Trabalho da Saúde LGBT reuniu-se em abril e maio e informou a data da reunião de junho. O**  
54 **Sr. José Carlos informou que a Sra. Teresita e a Sra. Ivone irão à Brasília, como delegadas na Conferência**  
55 **Nacional da Saúde Mental. O Sr. José Carlos realizou a leitura dos conselheiros habilitados a votar. Na pauta II,**

56 a Sra. Izabel questionou sobre a votação do convênio em co-gestão entre o Serviço de Saúde “Dr. Cândido  
57 Ferreira” e a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas – Plano de Trabalho do Programa de Parceria na  
58 Assistência em Saúde Mental. O Sr. Pedro Humberto explicou que houve um equívoco na convocação e, uma  
59 vez o avançado da hora na referida reunião, o convênio foi prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, para  
60 adequação de valores, o convênio retornará ao Conselho Municipal de Saúde para nova discussão e votação. O  
61 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a ata de 26 de maio de 2010, por 33 (trinta e três) votos favoráveis e  
62 02 (duas) abstenções. No item III da pauta, o Sr. Pedro Humberto afirmou que a sua posição, enquanto  
63 conselheiro, é favorável à participação na Comissão indicada pelo Decreto Municipal, para que o Conselho  
64 Municipal de Saúde tenha mais informações desta comissão. Afirmou ter entendido a deliberação do Conselho  
65 favorável à municipalização da gestão do CHOV e a criação da Comissão de Estudos para a Municipalização.  
66 Falou que a indicação do Prefeito, do presidente do Conselho Municipal de Saúde para participar da Comissão  
67 enaltece o Conselho Municipal de Saúde. Lembrou que a discussão é sobre a participação do CMS na Comissão  
68 e, após, existir o debate da posição a ser defendida pelo presidente. O Sr. Lúcio afirmou que a representação,  
69 em qualquer situação, atos e atividades, deveriam ocorrer mediante o convite e não com aprovação. Porém,  
70 quando se trata de questões políticas, como a questão do Decreto, o qual foi questionado por muitos  
71 conselheiros, deveria ser revogado ou desconsiderado a indicação do presidente para participar da Comissão.  
72 Defendeu que o Conselho Municipal de Saúde deveria discutir quem participaria da Comissão. O Sr. Pedro  
73 Humberto reiterou que a sua proposta consistia na participação ou não do Conselho Municipal de Saúde na  
74 referida Comissão. Em relação à representação, defendeu a participação do presidente, conforme o Decreto  
75 Municipal. Em um segundo momento, sugeriu que discutisse os pontos que deverão ser defendidos pelo  
76 presidente na Comissão. O Sr. Trombetta afirmou que o Conselho Municipal de Saúde não fosse subserviente  
77 ao Prefeito, podendo o Sr. Pedro Humberto participar como representante gestor e que o Conselho Municipal  
78 de Saúde nomeasse um representante trabalhador e um representante usuário. O Sr. Pedro Humberto explicou  
79 que a figura do presidente não está prevista no Decreto como representante da gestão e sim, como  
80 representante do Conselho Municipal de Saúde. O Dr. Saraiva afirmou que, durante a construção do Decreto, o  
81 objetivo do convite para a participação do presidente do Conselho Municipal de Saúde na Comissão foi  
82 entender que o presidente representa o Conselho Municipal de Saúde, uma vez que fora eleito pelos  
83 conselheiros municipais de saúde. Devido à importância do assunto a ser debatido na Comissão, afirmou ser  
84 imprescindível a participação do Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Pedro, CEBES, afirmou que o Conselho  
85 Nacional de Saúde declina a participação de representantes em Comissões com a referida. Isso ocorre, pois o  
86 representante defende os interesses da sua classe, segundo o mesmo. Questionou a imparcialidade do  
87 presidente. O Sr. Lúcio defendeu a não participação do CMS na referida Comissão, pois é contrária à resolução  
88 do CMS, na deliberação aprovada pelo pleno pela municipalização da gestão do CHOV. Criticou a nomeação do  
89 representante do CMS no Decreto, sem a prévia discussão. O Sr. Porsani defendeu à discussão do CMS na  
90 Comissão. Falou sobre a posição política que o Sr. Pedro apresentou, sobre a posição do Conselho Nacional de  
91 Saúde. Falou sobre os vários fóruns existentes e citou o fórum do Desenvolvimento Econômico e Social e sobre  
92 a discussão na CUT sobre a participação ou não desta, sendo decidido pela sua participação, devido à  
93 importância para a definição de políticas sociais. Afirmou ser necessário discutir a lógica de ser ou não  
94 importante para o CMS, levar suas posições políticas para a Comissão. Falou sobre as prerrogativas do prefeito  
95 e sobre o papel do presidente, defendendo as decisões do pleno. Afirmou que, uma vez que o Decreto existe, e  
96 que a Comissão de Estudos do CMS apresenta-se em desenvolvimento, questionou os prazos e implantação da  
97 deliberação do pleno. Afirmou que, sem a participação do Conselho Municipal de Saúde na Comissão criada  
98 pelo Decreto, perde-se a possibilidade de defender os interesses do mesmo, de ter conhecimento sobre o  
99 andamento dos trabalhos da Comissão e definir os prazos máximos para a municipalização da gestão do CHOV.  
100 O Sr. Adilson Momente defendeu a participação do CMS em todas as comissões que envolvem a saúde, para  
101 ter a oportunidade de saber o que vem sendo discutido e interferir. Afirmou que o Sr. Pedro Humberto foi  
102 eleito representante, no momento da sua eleição como presidente, e, como tal, possui atribuições. O Sr. André  
103 explicou os termos da votação, sendo voto favorável pela participação do Conselho Municipal de Saúde na  
104 Comissão criada pelo Decreto Municipal e o voto contrário pela não participação. Em regime de votação  
105 nominal, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA** a participação na Comissão criada pelo Decreto Municipal,  
106 votando **FAVORÁVEL**: Sr. Adilson Momente, Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. Antonio Facin, Sr. Edilson  
107 Baqueiro, Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sra. Francisca Francinete da Silva, Sra.  
108 Ivone Crescêncio da S. Mendonça, Sr. João Xavier, Sr. José Augusto de Souza, Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sr.  
109 José Mendes Juvenal, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Júlio César dos Santos, Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha, Sra.  
110 Maria Cecília Brandt Piovesan, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Maria José M. da Costa, Sra. Maria Tereza

111 Cristina T. L. Martins, Sra. Mercedes dos Santos, Sra. Neli de Oliveira Rossi, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello,  
112 Sra. Rosaura Correia Leves, Sr. Salvador A. F. Pinheiro, Sr. Sidney Mendes da Silva, Sr. Simão Raskin; votando  
113 **CONTRÁRIO:** Sr. Cláudio Trombetta, Sr. Edson Bueno, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. João das Graças Silva,  
114 Sra. Leonilda Bravo Cabrera, Sra. Maria Gil de Andrade; e **ABSTENÇÕES:** Sra. Denise Mateus, Sra. Maria Helena  
115 Nogueira; portanto, por 26 (vinte e seis) votos favoráveis, 06 (seis) votos contrários e 02 (duas) abstenções. O  
116 Sr. Armando solicitou uma questão de ordem, questionando se a votação inicial era para verificar se o CMS  
117 estaria representado e se haveria uma votação para verificar se o Sr. Pedro Humberto seria o representante do  
118 CMS. O Sr. Pedro Humberto afirmou não ter sido pautada a votação sobre o nome da representação. O Sr.  
119 Porsani afirmou ser necessário referendar o nome do Sr. Pedro ou não. O Sr. André fez a proposta de votação,  
120 onde os conselheiros votariam favorável pelo nome do Sr. Pedro Humberto ou contrários. Em processo de  
121 votação nominal, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** e referendou o nome do Sr. Pedro Humberto para  
122 representar o CMS na Comissão criada pelo Decreto Municipal, contando **FAVORÁVEL:** Sr. Adilson Momento,  
123 Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. Antonio Facin, Sr. Edilson Baqueiro, Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Ivone  
124 Crescêncio da S. Mendonça, Sr. João Xavier, Sr. José Augusto de Souza, Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sr. José  
125 Mendes Juvenal, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Júlio César dos Santos, Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha, Sra. Maria  
126 Cecília Brandt Piovesan, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José M. da  
127 Costa, Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins, Sra. Mercedes dos Santos, Sra. Neli de Oliveira Rossi, Sr. Pedro  
128 Humberto S. Scavariello, Sra. Rosaura Correia Leves, Sr. Salvador A. F. Pinheiro, Sr. Sidney Mendes da Silva, Sr.  
129 Simão Raskin; votando **CONTRÁRIO:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Izabel Pereira de Oliveira; e **ABSTENÇÕES:** Sra.  
130 Denise Mateus, Sr. Edson Bueno, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr. João das Graças Silva, Sra. Leonilda Bravo  
131 Cabrera, Sra. Maria Gil de Andrade; portanto, por 25 (vinte e cinco) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários  
132 e 06 (seis) abstenções. O Sr. Porsani solicitou a discussão dos pontos que serão defendidos pelo Sr. Pedro  
133 Humberto na Comissão, propondo que o contrato de licitação seja de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 06  
134 (seis) meses, sendo que, nesse período, a Comissão de Estudos da Municipalização da Gestão do CHOV do CMS  
135 deverá elaborar uma proposta e a SMS deverá elaborar uma proposta para a municipalização. A Sra. Izabel  
136 falou perceber a quebra do que tanto se zela no CMS, pois na Comissão Técnica de Estudos, a qual o CMS pede  
137 a municipalização, foi eleita a paridade entre conselheiros usuários, trabalhadores e gestores. Afirmou que o  
138 mesmo não ocorre na comissão criada pelo Decreto Municipal. Questionou as razões pelas quais não podem  
139 participar conselheiros trabalhadores e usuários. Falou que ocorrências como essa prejudicam a discussão pelo  
140 crescimento do SUS. O Sr. Pedro Humberto solicitou um adendo à proposta do Sr. Porsani, sugerindo que na  
141 sua primeira participação na referida comissão, encaminhe a proposta da participação de mais dois  
142 conselheiros, sendo um usuário e um trabalhador. A Sra. Teresita falou sobre a presença dos conselheiros  
143 gestores no pleno e ressaltou a necessidade da presença dos mesmos em todas as reuniões. O Sr. Trombetta  
144 concordou com a votação da proposta e acrescentou que a prorrogação máxima do contrato com a  
145 UNIFESP/SPDM, segundo o Ministério Público, é de três meses. Para que não exista desassistência à população,  
146 deve-se determinar o prazo para o contrato da gestão do CHOV. A Sra. Ivone falou que o Sr. Pedro Humberto é  
147 representante do conselheiro usuário, trabalhador e gestor. O Sr. André esclareceu os critérios da votação,  
148 explicando a proposta que deverá ser encaminhado pelo Sr. Pedro Humberto à Comissão. Em regime de  
149 votação nominal, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a proposta a ser encaminhada, votando  
150 **FAVORÁVEL:** Sr. Adilson Momento, Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. Antonio Facin, Sr. Cláudio Trombetta, Sra.  
151 Denise Mateus, Sr. Edilson Baqueiro, Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Ivone Crescêncio da S. Mendonça, Sr.  
152 João das Graças Silva, Sr. João Xavier, Sr. José Mendes Juvenal, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Júlio César dos Santos,  
153 Sra. Leonilda Bravo Cabrera, Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Maria Gil de  
154 Andrade, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José M. da Costa, Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins, Sra.  
155 Mercedes dos Santos, Sra. Neli de Oliveira Rossi, Sra. Rosaura Correia Leves, Sr. Salvador A. F. Pinheiro, Sr.  
156 Sidney Mendes da Silva; votando **CONTRÁRIO:** Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sra. Francisca Francinete da Silva,  
157 Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. José Augusto de Souza, Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sr. Maria Cecília  
158 Brandt Piovesan; e **ABSTENÇÕES:** Sr. Edson Bueno; portanto, por 25 (vinte e cinco) votos favoráveis, 06 (seis)  
159 votos contrários e 01 (uma) abstenção. Em seguida, o Dr. Saraiva solicitou que o Dr. Savério realizasse a  
160 apresentação do Relatório Anual de Gestão 2009, SISACTO – Indicadores de Gestão e Programação Anual de  
161 Saúde 2010. Parabenzou a equipe da Secretaria Municipal de Saúde que produziu o relatório. O Dr. Savério  
162 iniciou apresentação dos temas. Abertas as inscrições, a Sra. Eloísa solicitou que as informações apresentadas  
163 no Conselho Municipal de Saúde fossem sistematizadas, pois é difícil acompanhar tanta informação ao mesmo  
164 tempo. Reconheceu que o assunto é complexo e difícil, porém a sistematização facilitaria o acompanhamento  
165 dos conselheiros. Afirmou não bastar ter os indicadores e sim, como funcionam e qual a qualidade dos serviços

166 prestados. Falou sobre a importância das políticas públicas de Vigilância em Saúde e sobre a motivação dos  
167 funcionários. Lembrou que a Vigilância é a responsável pela avaliação da qualidade dos serviços de saúde.  
168 Falou sobre a necessidade da discussão sobre as políticas públicas de Vigilância. A Sra. Francisca falou sobre  
169 políticas públicas de saúde, criticando, por exemplo, a Saúde da Mulher. Falou sobre o papel da unidade básica  
170 de saúde em prevenir doenças, o qual não está acontecendo devido à alta demanda. Falou sobre a  
171 insalubridade do trabalho dos agentes de saúde. Afirmou que o papel do conselheiro municipal de saúde deve  
172 ser voltado à base. O Sr. Lúcio afirmou ter ficado satisfeito em partes, pela nomenclatura “Pacto pela vida”.  
173 Afirmou que se procura atendimento médico para a perspectiva de melhoria de vida. Falou ter ficado satisfeito  
174 com a existência do planejamento de metas. Porém, afirmou que a SMS errou ao não discutir o assunto  
175 anteriormente com o Conselho Municipal de Saúde. Falou sobre a Saúde do Trabalhador e afirmou não ter  
176 entendido a realidade em que esta se encontra. Diz que não se reconhece as doenças dos trabalhadores. Falou  
177 sobre o índice da Saúde do Homem e diz que não tem verificado incentivo a esta. Falou sobre as políticas  
178 públicas de prevenção ao uso de crack. O Sr. Mendes questionou sobre as obras apontadas no relatório como  
179 entregues. Sugeriu que constasse “que deverão ser entregues”. O Sr. Xavier falou sobre a necessidade da  
180 criação de uma Comissão de Acompanhamento de Obras. Afirmou que será realizada uma plenária no Parque  
181 Oziel para discutir a construção do Centro de Saúde. Falou sobre obras que nem foram iniciadas ainda. Falou  
182 sobre crianças que deixaram de ser vacinadas devido a agulhas inapropriadas. Afirmou ser necessária a  
183 parceria entre a SMS e a SANASA para evitar problemas com esgotos. Falou sobre a importância da discussão  
184 mais aprofundada sobre o relatório de gestão. O Sr. Porsani questionou o parecer do Conselho Fiscal de Saúde,  
185 uma vez que a prática é rotineira na Prestação de Contas. Afirmou ser prudente o parecer para uma posição  
186 mais detalhada para os conselheiros, pois poucos participaram da elaboração. Falou sobre uma pesquisa  
187 realizada pelo governo estadual sobre a saúde no estado, a qual não aponta bons indicadores. Sugeriu que a  
188 SMS verificasse a opinião dos usuários sobre a saúde em Campinas, uma vez que, ano após ano, há um  
189 aumento no investimento na saúde em Campinas, porém existem muitos problemas. Falou sobre a importância  
190 da apresentação qualitativa dos indicadores. Diz sobre os problemas apresentados na Vigilância em Saúde. O  
191 Dr. Fernando Brandão afirmou não concordar que a Saúde da Mulher apresenta-se em declínio, devido à  
192 melhoria de muitos indicadores, tais como o aumento da oferta de mamografias, o equipamento do  
193 ambulatório de mastologia, a diminuição da fila de espera do acesso a este ambulatório, ao aumento ao acesso  
194 ao Planejamento Familiar com a disponibilização de anticoncepcionais e camisinhas. Afirmou que o número de  
195 procedimentos de laqueaduras e vasectomias aumentou significativamente, o que acarretou no aumento da  
196 procura. A Sra. Maria Gil falou sobre a Saúde do Idoso, o qual não foi citado. O Dr. Savério explicou que o  
197 conteúdo é denso e impossível de ser resumido. Falou sobre a dificuldade da sistematização da informação. Diz  
198 ser necessário encontrar uma metodologia para aproximar esta área de trabalho da SMS com o CMS,  
199 principalmente com o CFS e com a Comissão da Secretaria Executiva. Explicou que a SMS inteira participa da  
200 construção dos relatórios e da análise dos indicadores. Desculpou-se pelo termo “obra entregue” no relatório,  
201 pois na programação anual de saúde se refere ao futuro. Afirmou que será alterado o texto e onde se lê “obra  
202 entregue”, será lida “obra a ser entregue”. Explicou sobre as metas apontadas em 100% no relatório de gestão  
203 e da importância que o indicador aponta para a SMS. Caso a meta não seja atingida, os envolvidos devem  
204 realizar um estudo do porque não foi atingida, como falta de veículo, por exemplo. Falou sobre as diferenças  
205 entre relatório de gestão e programação anual de saúde. Ressaltou que alguns detalhes sobre pontos  
206 específicos deverão ser respondidos pelos técnicos responsáveis. Explicou que a finalidade do relatório é  
207 verificar o que não está dando certo e tentar corrigir e melhorar. Afirmou que fora falado as prioridades do  
208 pacto pela saúde. Sobre o estudo de satisfação do usuário, explicou que foi realizada uma pesquisa sobre o que  
209 os usuários pensam do serviço de saúde utilizado, ocorrendo muitas críticas. Sugeriu que se realizasse uma  
210 pesquisa profissionalmente. O Dr. Saraiva destacou que seria necessário um dia todo para discutir o relatório  
211 todo e enalteceu a apresentação do Dr. Savério pela síntese bem realizada. Afirmou que a única maneira de  
212 reverter à dificuldade do entendimento e da discussão seria criando um espaço e um tempo destinada,  
213 exclusivamente, a essa questão. Concordou com a necessidade da avaliação de qualidade, porém explicou que  
214 o trabalho com dados claros em relação aos SIS-Pacto, pactuados pelo Ministério da Saúde. Discordou que  
215 existem dados ufanistas, concordando que existem dados imperfeitos ou insuficientes. Apontou que os dados  
216 são mostrados, como o aumento da mortalidade infantil, a falta de controle de patologias, como  
217 cardiovasculares, a falta de conhecimento do controle de tabagismo no município. Explicou que o relatório é  
218 uma visão técnica, dos avanços e dos pontos que não avançaram na saúde do município. Apontou que o  
219 Ministério da Saúde possui falhas em avaliações na promoção da saúde, tais como a ausência do pacto pela  
220 redução da obesidade, a ausência do pacto pela redução da hipertensão, a ausência da meta de controle de



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



221 diabeite, resultando em várias doenças como derrame e infarto. Falou que a reflexão não pode se encerrar.  
222 Falou sobre as especialidades, afirmando que existem cento e setenta e três áreas de especialidades médicas e  
223 dessas, aproximadamente dez com problemas como demanda reprimida. Explicou que é necessário  
224 contextualizar e analisar o todo para não realizar diagnósticos equivocados ou parciais. Falou sobre a  
225 discriminação da imprensa em relação ao SUS, pois nunca tece um elogio. Em relação à questão Álcool e  
226 Drogas, diz que as mazelas sociais são depositadas na Saúde. Isso ocorre em questões como a Dengue ou a  
227 Leishmaniose, quando há carência de Saúde Ambiental. Afirmou que a Saúde não pode assumir o papel solo e  
228 sim, em parceria com outras pastas como a Assistência Social ou a SANASA. Sobre as obras, concordou que  
229 aquelas não concluídas não devem ser apontadas como “obras entregues”. Falou sobre problemas com  
230 fornecedores, os quais não podem ser escolhidos devido à legislação vigente. Falou sobre a discussão para a  
231 reorganização da Vigilância para a readequação para corrigir erros. Sobre os agentes de saúde, lembrou que há  
232 dois anos, não eram municipalizados. Ressaltou que na maioria dos municípios, os agentes não são  
233 municipalizados e encontra-se em situação precária. Concordou que seja necessário progredir ainda mais nessa  
234 questão. Falou sobre análises que nem sempre são realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo  
235 produzidas por outros entes, tais como UNICAMP, como a avaliação sobre a mortalidade infantil. Apontou ser  
236 importante as avaliações, tais como ouvidoria, 156 entre outros, porém faz-se necessárias metodologias  
237 específicas para avaliar o SUS. Falou que muitas coisas ditas, refere-se ao aumento do acesso, gerando novos  
238 tencionamentos, tais como a necessidade de aumentar os parceiros pelo aumento do acesso à saúde.  
239 Agradeceu às equipes da Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. André realizou a verificação de quórum, onde,  
240 não havendo número necessário de conselheiros municipais de saúde, encerrou a reunião. O Sr. José Carlos  
241 informou que a votação dos itens apresentados seria realizada na reunião extraordinária de julho. Nada mais a  
242 ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a  
243 presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.